



*Dom Manuel Clemente*  
*Bispo do Porto*

**FAZEMOS SABER** que, atendendo ao requerimento da Presidente da Direcção da “**Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina/Porto (ACISJF/Porto)**”, com sede na Rua Arcediago Van Zeller, nº 50, 4050-621 Porto, Concelho e Diocese do Porto, pedindo a aprovação dos novos Estatutos, constando de seis capítulos e vinte e oito artigos, dactilografados em doze folhas,

**HAVEMOS POR BEM:**

- Aprovar os novos Estatutos.
- Dispor que desta aprovação, oportunamente, seja dado conhecimento à competente Autoridade Civil, para os efeitos legais, de harmonia com a Concordata vigente entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

Dada no Porto e Paço Episcopal, sob a assinatura do Vigário Geral, aos 8 de Junho de 2010.

E eu, *Pe António Paulo Monteiro Pais*,  
Secretário das Associações Religiosas a subscrevi

*Pe António Coelho de Almeida*  
(Vigário Geral)

Taxa 7,50 €  
Expediente 1,00 €

1  
de Anttexas

Aprovamos os presentes Estatutos da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina/Porto, da Diocese do Porto, na forma aqui apresentada.

Porto, 8 Jun. 2010 Estatutos da A.C.I.S.J.F

P. António Coelho

Vig. Geral

## Capítulo I

### Da denominação jurídica, sede, afiliação e objectivos

#### Artigo 1º

##### Denominação, estrutura jurídica e sede.

1. A Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina/Porto (ACISJF/Porto), é uma associação canonicamente erecta na Diocese do Porto e aqui a actuar desde 12 de Março de 1915. Invoca como sua Padroeira Nossa Senhora do Bom Conselho.
2. Foi declarada associação de utilidade pública por Portaria do Ministro do Interior publicada do D:R. nº 76, II Série de 2 de Abril de 1937.
3. Obteve personalidade jurídica civil nos termos do Direito Concordatário a partir de 1940.
4. Foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social desde 21 de Fevereiro de 1984.
5. A Associação tem a sua sede na Rua Arcediago Van Zeller, nº 50, 4050-621 Porto.

#### Artigo 2º

##### Afiliação Internacional

1. A ACISJF/Porto é membro, a nível nacional, da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Junta Nacional) que, por sua vez, é membro da "Association Catholique Internationale des Services de la Jeunesse Féminine" com sede em Friburgo, Rue de Vermont C.P. 22 – CH – Geneve 20 Cic – Suíça.



### **Artigo 3º**

#### **Objectivos**

1. A Associação visa em especial a formação integral da juventude feminina entre os 12 e 35 anos procurando contribuir para o seu desenvolvimento moral, social e intelectual
2. Dedicar particular atenção aos casos de jovens em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, com dificuldades de ordem socioeconómica e eventualmente aos casos de outras pessoas carenciadas
3. Secundariamente a ACISJF/Porto promove também formação escolar e profissional e outras daquelas que são a razão da sua existência.

### **Artigo 4º**

#### **Meios de Actuação**

1. Para a realização destes objectivos propõe-se manter ou criar os equipamentos ou serviços adequados, tais como:
  - a) Lares ou residências e apartamentos de autonomização de jovens em risco ou deslocadas do seu ambiente familiar a fim de lhes proporcionar estruturas de vida tão próximas quanto possível às de uma família.
  - b) Comunidade de inserção destinada ao acolhimento no lar e/ou encaminhamento no exterior de mães solteiras/famílias monoparentais, em situações de risco, em ordem à efectivação de um projecto de vida.
  - c) Lavandarias, refeitórios ou outros serviços de refeições, e outras estruturas ou meios que se mostrem necessários e adequados à prossecução dos seus fins.
  - d) Serviço de Gares para acolhimento e encaminhamento de pessoas sem projecto, jovens, idosos e deficientes.
  - e) Acções de apoio espiritual, psicológico e social, de formação escolar e profissional, ou outras dirigidas àqueles que são a razão de ser da associação.
  - f) Os serviços prestados pela Associação são gratuitos ou comparticipados pelos utentes quando estes o possam fazer, na medida das suas possibilidades e no respeito pelos acordos firmados com outras entidades.

## **Capítulo II**

### **Dos Associados**

#### **Artigo 5º**

##### **Categoria de Associados**

Os Associados distribuem-se pelas seguintes categorias:

- a) Efectivos: pessoas singulares ou colectivas que se comprometem a colaborar e se obrigam a pagar anualmente a quota fixada pela Direcção.
- b) Benfeitores: aqueles que se subscrevem com uma contribuição anual não inferior a dez vezes o valor da quota anual em vigor.
- c) Honorários: pessoas singulares ou colectivas que, através de serviços e/ou donativos oferecem uma contribuição especialmente relevante, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.

#### **Artigo 6º**

##### **Requisitos para a admissão de associados**

As pessoas propostas para a admissão na Associação devem:

- a) Ser maiores de 18 anos.
- b) Gozar de boa reputação moral e social.
- c) Dispor de um espírito de voluntariado que as leve a dedicar-se desinteressadamente pelos outros.
- d) Aceitar os princípios cristãos e as normas que regem a Associação.

#### **Artigo 7º**

##### **Direitos dos Associados**

Cada Associado, validamente admitido e não demitido legitimamente, tem direito a:

- a) Participar na vida associativa.
- b) Permanecer informado sobre a actividade da Associação e as decisões dos órgãos sociais.
- c) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais.
- d) Usufruir das demais regalias atribuídas aos Associados.

## **Artigo 8º**

### **Deveres dos Associados**

São deveres de cada Associado:

- a) Contribuir para a realização dos objectivos da Associação.
- b) Exercer, com lealdade e dedicação, os cargos para que haja sido eleito ou outras funções que lhe sejam cometidas.
- c) Pagar a quota estabelecida.
- d) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral.

## **Artigo 9º**

### **Demissão dos Associados**

1. Nenhum Associado, depois de legitimamente admitido, será demitido da Associação, a não ser por justa causa, de acordo com os Estatutos e a legislação em vigor.
2. Em caso de infracção grave, a demissão processa-se sob prévia admoestação e deliberação da Assembleia Geral, e salvo o direito de recurso para a Autoridade Eclesiástica competente.

## **Capítulo III**

### **Dos órgãos directivos**

## **Artigo 10º**

### **Os órgãos directivos**

São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

1. Os membros destes órgãos exercerão o seu mandato por um período de três anos.
2. Em princípio, o número de mandatos não deve ser mais de dois, a não ser que a Assembleia Geral reconheça, por votação secreta, que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.
3. O exercício de qualquer cargo nos órgãos directivos é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.



4. Uma vez eleitos pela Assembleia Geral em escrutínio secreto, devem os nomes dos órgãos directivos ser comunicados ao Bispo da Diocese e à Junta Nacional.
5. O mandato dos órgãos directivos inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Assembleia Geral cessante, ou o seu substituto em caso de impedimento.

## **Secção 1ª**

### **Da Assembleia Geral**

## **Artigo 11º**

### **Constituição da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados com direito a voto, que tenham as suas quotas em dia.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um presidente e dois secretários.
3. O Assistente Eclesiástico tem assento, por direito próprio, na Mesa da Assembleia Geral.
4. Na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, compete a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
5. Em caso de empate nas votações, aquele que esteja a exercer as funções de presidente da mesa tem voto de qualidade.

## **Artigo 12º**

### **Sessões da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. As sessões ordinárias terão lugar duas vezes por ano, uma até 15 de Novembro e outra até 31 de Março.
3. As sessões extraordinárias terão lugar sempre que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral as convoque legitimamente, por sua iniciativa ou a pedido da Direcção, ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de um terço dos associados.

### **Artigo 13º**

#### **Convocatória da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da respectiva Mesa por escrito, com pelo menos quinze dias de antecedência, e para funcionar à hora marcada precisa da maioria dos convocados presentes, podendo funcionar trinta minutos depois, com qualquer numero de pessoas.
- 2 .A convocatória de uma sessão extraordinária deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião efectuar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de recepção deste.

### **Artigo 14º**

#### **Competência da Assembleia Geral**

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não reservadas à Autoridade Eclesiástica e não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos, designadamente:
  - a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação.
  - b) Eleger os membros da respectiva Mesa e os demais órgãos directivos.
  - c) Estabelecer os critérios que hão-de presidir à proclamação de sócios honorários e atribui-los.
  - d) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o Relatório e Contas apresentados pela Direcção.
  - e) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título de bens imóveis e de outros quaisquer bens do fundo patrimonial estável, e sobre actos de administração extraordinária.
  - f) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos.
  - g) Propor à Autoridade Eclesiástica a extinção, fusão ou cisão da Associação.
  - h) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.
  - i) Deliberar sobre a demissão da Direcção e Conselho Fiscal.



2. As decisões referentes às alíneas e), f) g) e h) do número anterior carecem de aprovação por maioria de dois terços e só se tornam efectivas após a homologação da Autoridade Eclesiástica.

**Secção 2ª**  
**Da Direcção**

**Artigo 15º**  
**Constituição da Direcção da Associação**

A Direcção da Associação é constituída por sete membros dos quais um presidente, um vice – presidente, um secretário, um tesoureiro e três vogais, eleitos em escrutínio secreto pela Assembleia Geral, por maioria de votos.

**Artigo 16º**  
**Competência da Direcção**

Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Admitir Associados, de harmonia com os Estatutos.
- b) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos Associados.
- c) Administrar os bens da Associação
- d) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório de contas da gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte.
- e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, podendo mesmo fazer regulamentos internos.
- f) Organizar o quadro de pessoal e contratar os respectivos titulares.
- g) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos da Associação.
- h) Assegurar a escrituração dos livros, nos termos da Lei e dos Estatutos.
- i) Aplicar com segurança e rentabilidade os capitais da Associação.
- j) Aceitar heranças, legados e doações nos termos do direito universal, das normas de direito canónico e dos Estatutos, sem prejuízo da homologação da Autoridade Eclesiástica.
- k) Estipular a quota anual a pagar pelos Associados e actualiza-la.



- l) Admitir gratuitamente Associados, nos termos previstos nos Estatutos.
- m) A Direcção decide, em regra, por consenso de todos os seus membros. Quando tal não seja possível, as suas decisões serão tomadas por maioria, em reunião em que esteja presente mais de metade dos seus membros, entre os quais o seu Presidente ou o Vice-Presidente; em caso de empate, o Presidente (ou, na sua falta, o Vice-Presidente), tem voto de qualidade.

### **Artigo 17º**

#### **Competência do Presidente**

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Convocar a presidir às reuniões.
- b) Rubricar os livros de escrituração da Associação e lavrar os respectivos termos de abertura e encerramento.
- c) Assinar com outro membro da Direcção as ordens de pagamento e as guias de cobrança das receitas.
- d) Exercer todas as outras funções que nos Estatutos lhe são conferidas.
- e) Representar a Instituição em Juízo e fora dele, podendo delegar essa função noutro membro da Direcção.

### **Artigo 18º**

#### **Competência do Secretário**

Compete ao Secretário da Direcção:

- a) Lavrar as actas das reuniões.
- b) Ter à sua guarda os livros de escrituração da Associação e velar pela devida organização dos mesmos.
- c) Fazer a inscrição dos associados nos respectivos livros.
- d) Fazer toda a escrituração própria do seu cargo.
- e) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da direcção, organizando os processos dos assuntos a tratar.

## **Artigo 19º**

### **Competência do Tesoureiro**

Compete ao Tesoureiro da Direcção:

- a) Arrecadar as receitas da Associação e fazer os pagamentos devidamente autorizados.
- b) Apresentar, mensalmente, à Direcção, os balancetes das receitas e das despesas, nos termos destas normas.
- c) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

## **Art.º 20º**

### **Vinculação da Associação**

A Associação vincula-se com duas assinaturas, uma das quais a do Presidente (ou, no seu impedimento, a do vice-presidente) e outra a de um dos seus membros, em princípio a do responsável directo pelo sector em causa (ou, no seu impedimento, a do respectivo substituto).

## **Secção 3ª**

### **Do Conselho Fiscal**

## **Artigo 21º**

### **Composição do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais, incluindo, sempre que possível, um perito em assuntos económicos.



## **Artigo 22º**

### **Competência do Conselho Fiscal**

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a escrituração e documentos da Associação, sempre que o julgue conveniente.
- b) Dar parecer relativamente à aquisição, administração e alienação de bens, sempre a que a Direcção o solicite.
- c) Assistir ou fazer-se representar em Assembleia Geral e nas reuniões de Direcção por um dos seus membros e dar o seu parecer quando for solicitado.
- d) Dar parecer escrito sobre os relatórios, contas e orçamentos que a Direcção se proponha apresentar à Assembleia Geral.

## **Secção 4ª**

### **Do Conselho Consultivo**

## **Artigo 23º**

### **Constituição do Conselho Consultivo**

A Associação poderá criar o seu Conselho Consultivo, composto por um presidente e pelos vogais julgados necessários, escolhidos, de preferência, entre as pessoas que tenham prestado serviços relevantes à Associação.

## **Artigo 24º**

### **Competência do Conselho Consultivo**

Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Proceder ao estudo dos assuntos que a Direcção julgue conveniente apresentar-lhe.
- b) Assistir pelo seu Presidente às reuniões da Direcção, quando esta o julgue conveniente.

## **Capítulo IV**

### **Do Assistente Eclesiástico**

#### **Artigo 25º**

##### **Assistente Eclesiástico**

1. Junto da Direcção haverá um Assistente Eclesiástico, nomeado ou confirmado pelo Bispo da Diocese que o representa, e através de quem o Bispo exerce normalmente o direito e o dever de velar pela autenticidade da mensagem cristã e pelo correcto ordenamento deste apostolado social ao bem comum.
2. Compete-lhe também assegurar, por si ou por outro, a animação espiritual da comunidade associativa, esforçando-se por que "nela pulse a dinâmica do amor suscitado pelo Espírito de Cristo" (Deus caritas est, nº 28)

## **Capítulo V**

### **Do regime financeiro**

#### **Artigo 26º**

##### **Receitas da Associação**

São receitas da Associação:

- a) O produto das quotas dos associados
- b) As comparticipações dos utentes que venham a ser prestadas em conformidade com as normas legais e com os Estatutos.
- c) Os rendimentos dos bens próprios,
- d) As doações, legados e heranças instituídos em seu favor.



- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais.
- f) Outras receitas.



## **Capítulo VI**

### **Da dissolução da Associação e outras disposições finais**

#### **Artigo 27º**

##### **Dissolução da Associação**

1. Quando a Associação se mostrar incapaz de realizar os objectivos que lhe são próprios, vier a desviar-se dos fins para que foi criada ou verificar-se outras causas graves que o justifiquem, compete à Autoridade Eclesiástica ordenar a sua dissolução, depois de ouvir os órgãos directivos.
2. No caso da dissolução da Associação os seus bens serão entregues a outra Instituição que prossiga fins idênticos de harmonia com a deliberação do Bispo da Diocese.

#### **Artigo 28º**

##### **Disposições finais**

Em tudo o mais que seja omissos nos presentes Estatutos, observar-se-ão as normas canónicas e outra legislação em vigor que se apliquem a associações desta natureza.